

EDITORIAL

É com satisfação que apresento aos leitores este novo número de Pro-posições que enfoca um conjunto de diferentes temas que guardam em comum o interesse educacional. Os textos preservam a autonomia e independência dos autores não tendo sido adotado qualquer critério de orientação ideológica para a sua aceitação. A heterogeneidade dos lugares a partir dos quais os autores falam não tem o sentido da indiferença com relação a estes posicionamentos, mas do debate que podem gerar.

O primeiro texto, de minha autoria, tem como objeto o ensino superior, buscando evidenciar o caráter atualmente viesado pelas relevâncias epistêmicas que se encontram em sua economia curricular e prática docente, especialmente em função do papel hegemônico atribuído à ciência/tecnologia. O autor defende a tese de que a formação universitária deve ser integral e que, para tanto, é preciso recuperar as dimensões ética e estética. Na universidade predomina um modelo de racionalidade instrumental que ajusta e hipoteca a utilidade do acadêmico à sua orientação prática, vale dizer, no caso, ao seu sentido mercadológico. Nestes termos, pesquisa e formação boas são aquelas que se ajustam às exigências do mercado. Marcadas por este caráter meramente instrumental, ciência e especialização profissional perdem sua dimensão educativa e formativa. Para o autor é propício o momento e urgente a hora de reinstaurar o sentido humano dos estudos universitários. Além de instrumentalizar os indivíduos para exercerem competentemente alguma profissão e, dessa forma, conseguirem seu lugar no interior da sociedade, é preciso que a universidade se preocupe e torne esta preocupação parte integrante de sua agenda educativa com os principais problemas do ser humano individual e também social. Não só os indivíduos devem ser adequados ao esquema social instituído, mas este deve moldar-se ao humano no seu sentido histórico e total. Se o modelo social que temos oferece tantos problemas, que futuro (novo) podemos visualizar e qual a contribuição teórica e prática é que a universidade pode aportar para a transformação? Se a universidade não quiser favorecer o aquietamento e conformismo com relação ao centenário atual, é preciso pensar alternativas, criar novas utopias sociais que guardem relações com a perspectiva da reconquista do sentido humano para o homem. A universidade precisa contribuir para isso através da pesquisa que realiza e dos profissionais que forma. Para tanto, deve recuperar e traduzir em medidas educativas o que representa civilizar o homem.

O texto de Aquiles von Zuben coloca em destaque, desde um ponto de vista mais genérico, a relevância do “pensar o sentido”, a partir da consulta a Hannah Arendt e Paul Ricoeur. O autor orienta seu estudo na perspectiva do atender a palavra do outro (no caso os filósofos) para melhor entendimento de Si próprio. De certa maneira, sua reflexão junta-se ao esforço bastante presente na intelectualidade contemporânea de conquista do sentido da alteridade como constituinte do Si mesmo. Estamos acostumados a ouvir dizer que o ser humano afastou-se de Si mesmo que está exteriorizado ou “extraviado em suas obras e realizações”, pelo domínio de interesses que lhe são impostos a partir de fora. A identidade do humano cristaliza-se na exterioridade: obras, ações, conhecimentos, habilidades e estruturas vazias do humano. Ricoeur propõe a retomada do *ego* não pela consciência imediata de Si mesmo, mas pelo percurso no

desvio de onde esse *ego* se cristalizou. Pelo entendimento através da reflexão, das objetivações culturais pode operar-se uma recuperação do *ego*. Esta recuperação coloca-se como tarefa de cada um, é claro, mas do filósofo de modo particular. A ele compete reinstaurar as estruturas de reflexão para a reconquista do sentido da existência humana. A isto corresponde a reapropriação do existir humano, a renovação do ato de existir, da posição do Si em toda a sua densidade, conforme diz o filósofo.

Também Hannah Arendt assume o pensar, a reflexão como *vita activa*, ou seja, como tarefa. O filósofo já não é aquele que se retira para exercer uma tarefa que é para poucos, como se diz desde Platão. Reportando-se à distinção kantiana entre *Vernunft* e *Verstand*, faculdades que cobrem as atividades espirituais do pensar e do conhecer, Arendt destaca que o conhecer busca a verdade e o pensar o sentido. O sentido não deve ser pensado a partir do pensamento, como fazem os metafísicos, mas a partir do mundo. O modelo de uma figura histórica que incorpora o pensar e o agir é Sócrates com sua missão perigosa e ingrata: Sócrates não morre porque defendeu a sua doutrina, mas porque fez com que pessoas pensassem sobre Si mesmas. Pensar é perigoso para qualquer sistema.

Muitas vezes, fala-se de teorias sem conhecê-las. Assim é com o Marxismo e também com o liberalismo. De certo modo, era considerado legítimo, em decorrência de convicções políticas, assumir determinados posicionamentos teórico/filosóficos e negar todos os outros pela simples razão de não coincidirem com a própria forma de ver as coisas. Ilegítimo desde o ponto de vista acadêmico, um espaço, por definição, de debate e confronto de idéias baseados no respeito pelas posições alheias, parece que os dogmatismos hoje perdem espaço. Cada qual precisa legitimar seus pontos de vista através da argumentação que supõe a compreensão e o respeito pelas posições contrárias. O artigo sobre o liberalismo, assinado por Eduardo Chaves, busca preparar o terreno para uma defesa aprofundada e detalhada desta filosofia política. É, por isso, sucinto e didático. Centro nevrálgico dos diferentes posicionamentos teórico/políticos é a noção de direito. O liberalismo destaca-se por não reconhecer a dimensão social deste conceito. Abre-se, desde logo, a polêmica já que esta tese se opõe frontalmente ao fundamento de todos os movimentos sociais que exigem a intervenção (responsabilidade) do Estado como forma de garantir os chamados *direitos sociais* como os da saúde, trabalho, seguridade social etc. e particularmente o direito à educação. Comparando, desde os pontos de vista liberais, a Constituição Americana, os princípios estabelecidos pela Revolução Francesa, a Declaração Universal dos Direitos humanos e a Constituição Brasileira, o texto chega ao ponto nodal do debate entre as posições liberal, neoliberal, social/democrata e socialista que diz respeito à função do Estado na Sociedade contemporânea.

O texto apresentado por Sílvio Gallo reflete sobre as possibilidades e limites do modelo autogestionário no campo das relações pedagógicas. Partindo da caracterização do modelo de autogestão pedagógica apresentado por George Lapassade, em 1971, como 'autogestão autoritária', 'tendência Freinet', e 'libertária', o autor focaliza sua atenção nas experiências autogestionárias da *pedagogia institucional*. Ainda na década de 60, Felix Guattari estabeleceu a 'análise institucional', imbricando elementos da psicanálise com uma visão política socialista. Com fundamento em experiências inovadoras, realizadas no campo médico da psiquiatria, buscava-se redimensionar as micro-relações sociais avançando da psicologia para a psicossociologia e a sociologia, alcançando, neste movimento, o domínio da pedagogia. Na passagem da relação terapeuta/paciente para a relação professor/aluno questiona-se o autoritarismo desta relação com o fito de alcançar a não-diretividade. No sentido proposto por Lobrot, trata-se de conquistar para a relação pedagógica (social) uma dimensão autogestionária própria da relação terapeuta/paciente (individual), conduzida, esta, ora por um, ora por outro. O ambiente de autodeterminação desta nova relação busca superar o sentido integrador da pedagogia autoritária tradicional.

Na França, este movimento consignou-se ‘Pedagogia Institucional’, reunindo contribuições de autores como Lobrot, Lapassade, Guiraud, Lourau e Labat, dentre outros. O propósito de superar as relações pedagógicas autoritárias tradicionais fermenta no contexto mais amplo do ambiente revolucionário estudantil da década de 60. Feita esta contextualização básica, o autor segue analisando, com maior detalhe, o posicionamento de Michel Lobrot que procura conferir aos princípios autogestionários uma dimensão verdadeiramente social através da escola onde se reproduzem as relações de produção, podendo, desta forma, exercer importante influência na transformação dos relacionamentos sociais mais amplos. Seria a partir do interior da sala de aula que as relações podem ser redimensionadas autogestionariamente na contracorrente do autoritarismo tradicional. Mesmo sem ser determinante, a escola pode contribuir para o processo de transformação social ao assumir o professor sua missão claramente política. Com a gestão política vem à baila o tema do poder em torno do qual manifestam-se os vários limites da proposta autogestionária, destacados pelo autor a partir da experiência francesa.

A contribuição de Antônio Zuim busca identificar nos escritos de Theodor Adorno uma concepção educacional emancipatória, capaz de reinstaurar a dimensão reflexivo/crítica da formação e superar a semiformação. Para Adorno, a educação tem por objetivo promover a emancipação do homem o que pode dar-se pela recuperação das dimensões de *continuidade e temporalidade*, centrais a uma educação emancipadora. Esta educação se dá no movimento de aproximação e distanciamento crítico da realidade. Adorno posiciona-se criticamente com relação ao processo educacional que visa à formação das pessoas integradas ao sistema. Embora sem negar a dimensão integradora, necessariamente inerente ao processo educativo, este precisa preservar, no mesmo movimento, sua função de resistência. Resistir, no caso, significa vivenciar a afirmação de si mesmo como indivíduo. A partir desses posicionamentos de Adorno, o autor refere-se a outros pesquisadores do campo educacional que buscam fazer render para o campo do educativo reflexões críticas elaboradas pelos frankfurtianos. Neste sentido, o artigo traz ao leitor as recentes contribuições de Andréas Gruschka e Norbert Hillbig, ainda pouco conhecidos no Brasil. Eles centram suas reflexões sobre o conceito de ‘pedagogia negativa’, com base na Dialética Negativa de Adorno. Ambos, Gruschka e Hillbig, não se limitam apenas a fazer hermenêuticas dos textos adornianos do ponto de vista pedagógico, mas avançam no sentido de construir uma proposta pedagógico-metodológica fundada no pensamento de Adorno. Conceitos como os de *teoria e práxis* pedagógicas, emancipação, desbarbarização violência etc. são colocados ao debate. As reflexões apresentadas por Antônio Zuim agregam-se às de vários outros autores que, no Brasil e no exterior, vêm explorando o potencial pedagógico da teoria crítica da Escola de Frankfurt, especialmente do pensamento de Adorno.

Cortejar o conceito de *totalidade* ou razão totalizante com as tendências irracionais e desconstrucionistas, desenvolvidas na esteira do chamado pós-modernismo ou pós-estruturalismo, é objetivo de Antônio Lúcio Campos Almeida. Para o autor, a tendência ao irracionalismo visa instituir um espaço no qual se torna impossível tematizar criticamente as categorias que justificam o atual arranjo social, econômico e político neoliberal. Tomando como ponto de partida a tese de que subsiste às *démarches* teóricas contemporâneas uma forte tendência ao irracionalismo, o texto procura interpretar, desde esta premissa, os elementos-chave do pós-modernismo, pós-estruturalismo e nova história. Nesta última, destaca-se a contribuição positiva no que tange ao aporte de novos objetos, mas denuncia os equívocos cometidos por estes estudos no que se refere ao tratamento teórico-metodológico destes objetos.

O texto final da revista convida o leitor a revisitar algumas das teses centrais do marxismo com o objetivo de mostrar que elas não podem ser tão facilmente declaradas obsoletas como alguns pretendem. Aliás, esta temática recuperou grande prestígio no transformado cenário político desta última década do atual Século. Muitos afirmam que 89 foi o *débâcle* final do projeto socialista,

mas outros, ao lado dos quais se coloca José Luis Sanfelice, buscam esclarecer que, contra as aparências, o pensamento marxista não está ultrapassado e nem fossilizado no cenário do desenvolvimento global do modo de produção capitalista em que pesem as dificuldades enfrentadas para se construir em seu interior uma sociedade socialista. Ao contrário, e o autor aduz importantes argumentos neste sentido, as teses de Marx continuam válidas em razão do fato de que persistem, embora sob novas aparências, os mesmos problemas sociais do Século Passado. O que importa ao autor mostrar é que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, o marxismo reconhece e busca ter em conta as transformações ocorridas na construção de uma nova sociedade mais democrática e mais humana. Sem dúvida, é preciso partir da realidade objetiva construída na história pós-Marx para encontrar soluções para os problemas que ele coloca. Mudanças, transformações, movimentos, relações são elementos inerentes à própria lógica dialética e é nesse ambiente que a teoria marxista ainda preserva grande potencial explicativo. O que importa, afinal, é recolocar e responder a pergunta a respeito do futuro que queremos construir, fazendo uso dos recursos teóricos com melhor teor explicativo e maior potencial transformador.

Como se pode notar, são textos que falam de diferentes lugares temáticos e teóricos, mas que se encontram no gesto argumentativo que busca elucidar, de forma aberta, diferentes faces do educativo.

Pedro Goergen*

* Professor titular do departamento de Fil. e Hist. da Educação – (FE) – Unicamp.